

## **Alerj, a casa do povo, é palco de uma grande manifestação contra as fundações de direito privado**

A escadaria da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro ficou lotada na tarde nesta 2ª feira, dia 07 de abril, data em que se comemora o dia Mundial da Saúde. Munidos de faixas, cartazes e mosquitos da dengue estilizados, centenas de manifestantes convocados pelo Fórum em Defesa do Serviço Público e contra as fundações públicas de direito privado - que se reúne toda segunda feira na sede do SinMed/RJ - seguiram da Rua México até a Alerj, onde realizaram um ato público que teve como alvo o descaso dos governantes com a epidemia de dengue, que já resultou em diversas mortes, e contra a Lei estadual que criou as fundações de direito privado na área da saúde. A manifestação contou com a participação de representantes dos médicos e demais servidores públicos da área da saúde, além de professores, policiais, estudantes, centrais sindicais, partidos políticos e parlamentares, entre eles o Deputado Federal Chico Alencar, o Deputado Estadual Marcelo Freixo e o Vereador Eliomar Coelho, do PSOL, além da ex-senadora e presidente do diretório nacional do partido, Heloisa Helena.

Logo após o ato público, parte dos servidores se deslocou para o plenário da Alerj, onde o Deputado Estadual Paulo Ramos, do PDT, deu início a uma audiência pública sobre as fundações convocada por ele em conjunto com o Fórum. A mesa, presidida pelo parlamentar, foi composta pela juíza federal Dra. Salete Maccalóz, pelo Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Dr. Francisco Batista Júnior, pela Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Rejane de Almeida, pela Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência, Janira Rocha, pelo Diretor da Federação dos Moradores do estado do Rio de Janeiro (Famerj), Paulo César de Oliveira e a Coordenadora do Projeto de Políticas Públicas da UERJ, professora Maria Inês Bravo.

O tom dos discursos seguiu a mesma linha dentro e fora da Alerj. Em frente à Alerj, o Deputado Paulo Ramos acusou o governador Sérgio Cabral de representar a continuidade do governo

de Marcello Alencar, que deu início a um processo de privatização no estado. Ele definiu a lei que criou as fundações como “figura esdrúxula e inconstitucional”. A diretora do Sindsprev Mariá Casanova lembrou que embora o fórum estivesse mobilizado contra a proposta governamental, não conseguiu evitar a sua aprovação na casa legislativa, “ao cair da noite”. O Deputado Marcelo Freixo destacou que inclusive a bancada do PT na Alerj votou a favor do projeto do governo. “Crime hediondo”, assim o Deputado Chico Alencar definiu a responsabilidade dos governantes diante da atual epidemia de dengue, salientando que o Dia Mundial da Saúde foi instituído há 60 anos para defender a saúde pública como direito de todas as pessoas do mundo e dever do poder público. “Neste momento vamos ter mais uma criança morrendo e o criminoso é conhecido. O assassino não é o mosquito, que a vontade política destruiria, é o poder público, este monstro de três cabeças”, disparou. A ex-senadora Heloísa Helena afirmou que a falência da saúde no Brasil é o retrato da incompetência dos três governos. Ela destacou que a epidemia de dengue, a tuberculose, a febre amarela e a hanseníase, entre outras doenças que assolam o Rio de Janeiro, não são as principais causas de morte na região, já que um número ainda maior de pessoas morre vítima de câncer de mama, no caso das mulheres e de doenças cardiovasculares, no caso dos idosos, em consequência da irresponsabilidade, da insensibilidade e da incompetência das três esferas de governo.

Durante a audiência, o Deputado Paulo Ramos disse que o Governador Sérgio Cabral faz jus ao apelido de Pinóquio dado pelos servidores, já que assumiu compromissos com diversas categorias durante sua campanha eleitoral, sabendo que não iria cumprir. “Ainda bem que o nariz dele não cresce. Ele quer trocar as cooperativas pelas fundações, mas o seu objetivo maior é privatizar a saúde”, frisou. A líder sindical Rejane de Almeida enalteceu a participação dos sindicatos que participam do Fórum em Defesa do Serviço Público e contra as Fundações, além da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a Intersindical e a CUT.

Ela informou que o Fórum ingressou no junto ao Tribunal de Justiça com uma ação de inconstitucionalidade da lei que criou as fundações.

Para o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, o SUS é um sobrevivente que a cada dia resiste a fortes ataques e que, subfinanciado, é hoje um sistema de tratamento e não de saúde, o que interessa aos grandes grupos empresariais. Ele considera eufemismo a utilização da expressão fundação “estatal” de direito privado. “Este modelo foi aprovado no Rio à revelia do que decidiu a 13ª Conferência Nacional de Saúde e da militância da reforma sanitária”, destacou, após lembrar que a intervenção do Conselho junto ao Congresso Nacional evitou a aprovação do projeto federal com o mesmo teor. Heloísa Helena destacou que nenhum setor vive uma crise tão grave quanto a saúde, que não pode esperar, exigindo ações de curto prazo.

A juíza Salette Macalóz destacou que há quase dois anos examina o projeto de lei das fundações e tenta chamar a atenção para o que estaria por trás dessa “monstruosidade jurídica”. Lembrou que não se pode ter fundação pública de direito privado e que mesmo sendo ficcional não se pode colocar junto, o público e o privado. A fundação será toda pública ou toda privada. “O dinheiro que entra é público e o serviço que sai também, mas no momento em que não há tributação, cumprimento da Lei de responsabilidade fiscal ou prestação de contas ao Tribunal de Contas, ele já não é público”, ressaltou. “Não é possível que um projeto desses tenha saído do Congresso. Será que o Congresso e a Alerj não tem assessores jurídicos? É um amontoado de ignorância jurídica e política, uma ignomínia. Como é que um deputado eleito pelo voto popular assina uma incongruência como essa?”, disparou

Embora considere que no TCU e no Judiciário o projeto não sobreviveria a uma análise mais séria, a juíza frisou que os servidores devem estar vigilantes e atentos para evitar que ele seja implementado através de medidas antecipatórias, com a liberação de verbas. Ela ressaltou que não se deve confundir essas fundações com as sociedades de economia mista ou as fundações públicas, que são

completamente diferentes. Ela finalizou defendendo que os servidores continuem lutando para impedir a implantação da proposta governamental e em contrapartida que apresentem suas reivindicações em grandes combates da luta diária “por si e pelo outro”. No final do encontro, Rejane de Almeida leu o manifesto elaborado pelo Fórum e aprovado pelos presentes. Os manifestantes decidiram realizar uma vigília para cobrar que o governador receba os representantes em audiência.